

POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: A FALHA NAS POLÍTICAS PÚBLICAS COMO RESULTADO DA REJEIÇÃO ÀS INSTITUIÇÕES DE ACOLHIMENTO¹

Anna Laura de Oliveira CASTRO²

Marcelo TOFFANO³

RESUMO

A população em situação de rua no Brasil é um grupo heterogêneo, unido pela extrema pobreza, falta de habitação e fragilidade. Eles buscam sobrevivência em espaços sociais e estão inseridos na vertente sociológica jurídica. No passado, foram marginalizados, mas lutas sociais levaram ao Decreto N° 7.053/2009, reconhecendo que a situação de rua não é escolha, mas resultado de opressão. Este decreto visa proteger seus direitos, incluindo acolhimento institucional, embora enfrente desafios, como a rejeição dos próprios afetados. Uma pesquisa em Franca-SP explora como a população de rua lida com políticas públicas e por que rejeitam abrigos. O estudo objetiva analisar o Decreto N° 7.053/2009, discutindo seu exercício, como o acolhimento institucional, e compreender razões para a recusa de abrigos, visando mudanças. A pesquisa qualitativa é uma pesquisa bibliográfica, documental e trabalho de campo. O método dedutivo é aplicado. Resultados preliminares sugerem que a recusa dos abrigos é

¹ O presente artigo sintetiza a monografia de conclusão da pesquisa, realizada para o Programa Interno de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC 2022-2023) da Faculdade de Direito de Franca (FDF), Franca -SP.

² Graduanda em Direito pela Faculdade de Direito de Franca – FDF. Bolsista do Programa Interno de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC 2022-2023).

³ Possui graduação em Direito pela Universidade de Franca (2001), possui especialização "lato sensu" pela Universidade de Franca (2003) e mestrado em Direito (Área de Concentração: Direito das Relações Econômico-empresariais) pela Universidade de Franca (2006). Doutorado em Direito (Área de Concentração: Função Social no Direito Constitucional) pela Faculdade Autônoma de Direito - FADISP (2014-2018). Atualmente é professor titular da Faculdade de Direito de Franca, é orientador de alunos que necessitam realizar o Trabalho de Curso. Tem experiência na área de Direito atuando como advogado desde 2002. E-mail: prof.toffano@gmail.com, [lattes: http://lattes.cnpq.br/9071643422191164](http://lattes.cnpq.br/9071643422191164).

motivada por dificuldade de adaptação, vícios em substâncias, rigidez normativa que afeta liberdade e autonomia, e falta de privacidade para bens pessoais.

Palavras-Chave: Pessoas em situação de rua; políticas públicas; rejeição.

1 INTRODUÇÃO

A presença de pessoas em situação de rua é uma triste realidade global, com estratégias específicas para sobrevivência nas cidades. Seu uso do território é uma forma de resistência, desafiando racionalidades dominantes. Muitos recorrem a abrigos institucionais, embora esses sejam frequentemente apresentados como solução pelo Estado, apesar de desafios na aplicação.

A pesquisa visa entender por que a população de rua rejeita abrigos, analisando o Decreto N° 7.053/2009 e seus direitos constitucionais. A falta de propriedade para os mais vulneráveis vai contra a Constituição, enquanto a vida nas ruas perpetua devido à precariedade. Políticas públicas enfrentam dificuldades, incluindo a rejeição dos próprios afetados.

O projeto analisa o decreto, as razões da recusa dos abrigos e seus impactos. Explora teorias de autores como Dirce Koga e Milton Santos, envolve pesquisa legislativa e documental, além de trabalho de campo com entrevistas.

O estudo foca na relação entre a população de rua e os abrigos em Franca, São Paulo, preenchendo uma lacuna de pesquisa. A intenção é contribuir para o entendimento desse problema complexo e melhorar a abordagem das políticas públicas nesse contexto.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO DA SITUAÇÃO DE RUA NO BRASIL E EM FRANCA

A pobreza e a situação de rua têm raízes históricas profundas, desde o fim do feudalismo e a Revolução Industrial. O processo de urbanização e desigualdade social acelerou o problema, levando ao surgimento de populações marginalizadas nas cidades. No século XX, conflitos, desemprego e crises econômicas ampliaram o fenômeno. Karl Marx descreveu esses indivíduos como um "exército industrial de reserva".

O neoliberalismo agravou a exclusão, considerando o progresso como responsabilidade pessoal, não estatal.

No Brasil, a população de rua cresceu durante a ditadura militar e a redemocratização trouxe atenção às políticas sociais. Atualmente, ONGs, movimentos sociais e iniciativas comunitárias buscam ajudar, mas o problema é complexo. A busca por soluções requer abordagens multidisciplinares, envolvendo governo, sociedade e respeito aos direitos humanos.

A Constituição de 1988 estabelece a dignidade humana como princípio fundamental. Isso é especialmente relevante para pessoas em situação de rua, que enfrentam violações de direitos e precariedade. O Estado é responsável por proteger seus direitos e promover sua reintegração à sociedade. A conscientização social e combate ao estigma também são essenciais.

Garantir dignidade a pessoas em situação de rua é um desafio complexo, demandando ações integradas e sensibilidade para suas necessidades. Diversos fatores as levam a essa situação, mas a crescente conscientização social reconhece que não é uma escolha pessoal, mas resultado de opressão histórica.

2.1. PERFIL DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO BRASIL

As pesquisas nacionais sobre a população em situação de rua no Brasil têm demonstrado a negligência e invisibilidade enfrentadas por essa parcela da sociedade. Um estudo de 2008 conduzido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome revelou que a população de rua estava em torno de 31.922 pessoas em 71 municípios. Em contrapartida, um relatório de 2016 do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) estimou que o número havia crescido para 101.854 pessoas em todo o país.

A falta de pesquisas abordando essa temática é atribuída à marginalização e exclusão social sofridas por essas pessoas, que muitas vezes passam despercebidas e têm suas vozes e necessidades negligenciadas. Isso resulta em uma falta de interesse e investimento em políticas públicas voltadas para essa população. O estigma social também pode influenciar a disposição dos pesquisadores em abordar o tema.

A Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua de 2008 traçou o perfil dessa população no Brasil: predominantemente

homens negros, em torno de 40 anos, com mais de 80% sendo trabalhadores informais, envolvidos em atividades como venda de materiais recicláveis e trabalho informal. Muitos vivem sozinhos devido à ruptura de laços familiares e estão concentrados nas grandes cidades, sendo São Paulo a mais afetada.

As pesquisas indicam que as principais razões para a situação de rua incluem uso de drogas e álcool, ruptura de laços familiares, renda insuficiente e desemprego. A falta de acesso a documentos de identificação, serviços públicos como saúde e assistência social também é uma questão crítica.

A população em situação de rua se encontra em grande parte nos municípios mais populosos, demonstrando uma relação entre a concentração de pessoas nas ruas e as estruturas sociais das grandes cidades. A retirada dessas pessoas das ruas é um desafio complexo devido às adversidades acumuladas e à falta de serviços públicos adequados.

O preconceito e estigmatização contra essa população são comuns e impactam sua identidade e autoestima. Reconhecer sua humanidade é um passo fundamental para implementar políticas eficazes e garantir acesso a direitos básicos. A falta de pesquisas aprofundadas contribui para perpetuar a invisibilidade e o descaso enfrentados por essa população vulnerável.

2.2 DELIMITAÇÃO PARA A REALIDADE DA CIDADE DE FRANCA/SP

Em 2021, a cidade de Franca, em São Paulo, registrou um aumento de 101% na população em situação de rua, totalizando 514 pessoas nessa condição. A prefeitura implementou várias políticas públicas para atender a essa demanda, aumentando a capacidade total de atendimento para 218 vagas, um aumento de 247% em relação ao ano anterior.

O Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua, conhecido como Centro Pop, passou por uma reestruturação devido a condições precárias e insuficiência de atendimento. Ele foi transferido para uma nova localização e teve suas políticas públicas ampliadas para melhorar o suporte aos indivíduos em situação de rua.

Uma pesquisa realizada em novembro de 2021 avaliou o projeto implementado e constatou que 40 indivíduos foram beneficiados até aquele momento, sendo 67% homens e 33% mulheres. A pesquisa também

revelou que a maioria vivia há anos em situação de rua, e a maioria estava na região norte da cidade.

Depoimentos de pessoas em situação de rua indicam que as políticas públicas implementadas têm impacto positivo em suas vidas, oferecendo acomodação e segurança, embora não resolvam completamente a questão.

Apesar das políticas públicas eficazes em Franca, a persistência da situação de rua levanta questões sobre as falhas dessas políticas e as razões pelas quais algumas pessoas ainda rejeitam as instituições de acolhimento.

3 HISTÓRICO DA RELAÇÃO ENTRE ESTADO E A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA CONTEXTUALIZAÇÃO DA SITUAÇÃO DE RUA NO

A população em situação de rua, embora não contabilizada nos censos demográficos, está se tornando mais visível nas grandes cidades, buscando maneiras de sobreviver nesse ambiente que serve tanto como fonte de renda quanto de abrigo. O desenvolvimento do sistema capitalista teve um papel crucial na formação desse complexo processo social.

O capitalismo surgiu baseado na exploração do trabalho, no controle da propriedade privada por poucos e na busca incessante por lucro. Isso levou ao surgimento de um grande número de pessoas livres, mas despossuídas, que precisavam vender sua força de trabalho aos capitalistas para sobreviver.

Com o avanço industrial e o desenvolvimento do sistema capitalista, a busca pelo máximo lucro levou a uma exploração intensificada da força de trabalho e à redução de custos, muitas vezes à custa da mão-de-obra. O desemprego e o subemprego se tornaram características desse sistema, mantendo a exploração e a expansão da pobreza entre os trabalhadores.

Vendo a população em situação de rua como reflexo de uma sociedade capitalista de consumo, é importante entender as origens do capitalismo e suas particularidades para compreender a dinâmica das relações socioeconômicas e da pobreza, culminando no problema atual.

A formação do mercado de trabalho na Inglaterra, de acordo com Marx (1984), começou com a expropriação das terras dos camponeses, levando à separação dos camponeses de seus meios de produção. Os

camponeses expropriados que não foram absorvidos pela manufatura passaram a vagar pelas cidades em busca de sobrevivência. Enquanto isso, as indústrias precisavam de mão-de-obra para os novos postos de trabalho, o que levou à intervenção coercitiva do Estado para regular os pagamentos em benefício do capital. Os trabalhadores trocavam sua força de trabalho pela subsistência, suportando diferentes formas de exploração (MARX, 1984).

O surgimento do capitalismo decorreu do declínio do feudalismo, quando surgiu um descompasso entre as necessidades da nobreza feudal e a estrutura de produção. O estímulo ao consumo levou senhores feudais a produzir mais para aumentar seus rendimentos e acessar diversos bens. Mudanças nas relações servis transformam os servos em homens livres, permitindo arrendar terras e gerar mais lucro, tomando a terra valiosa.

As feiras temporárias se tornaram centros comerciais permanentes, vendendo produtos de todo o mundo por atacado. Nas cidades maiores, com indústrias de lã e seda, o trabalho assalariado surgiu, com jornaleiros contratados por jornada de trabalho.

Com o desenvolvimento da burguesia, surgiu o proletariado e a classe média urbana devido ao crescimento das cidades, urbanização e industrialização. Esses trabalhadores, forçados a se vender diariamente, tornaram-se mercadorias expostas às instabilidades e turbulências do mercado.

No início do feudalismo, a riqueza era medida pela terra, mas o comércio expandiu a riqueza em dinheiro. Enquanto o escambo buscava atender as necessidades individuais, a moeda facilitou as trocas (MARX; ENGELS, 1998).

A introdução da moeda substituiu o sistema de trocas de mercadorias, impulsionando o comércio e facilitando transações econômicas. Agora, as mercadorias eram trocadas por dinheiro, permitindo comprar qualquer produto. Isso estimulou o crescimento da riqueza e fortaleceu a burguesia. A produção comercial visava ao lucro e à acumulação, com o dinheiro ganhando valor de troca e uso.

O comerciante passou a calcular custos e lucros em dinheiro, não mais com base na demanda e utilidade das mercadorias. A cidade colonial que antes recebia e distribuía riquezas se transformou sob o capitalismo, tornando-se um centro de produção de mercadorias e fornecendo serviços.

O modo de produção capitalista surgiu na Inglaterra do século XIX com a introdução de novos meios de produção e acumulação de capital. A exploração da mão-de-obra, incluindo mulheres e crianças, e

avanços técnicos como máquinas revolucionárias levaram à Revolução Industrial. A produção industrial acontecia em fábricas, onde instrumentos modernos permitiam produção rápida e barata, com predominância do trabalho assalariado.

A especialização de funções e a divisão social do trabalho tiveram início com a organização da produção artesanal e a manufatura. O crescimento da população urbana e a expansão urbana contribuíram para essa mudança. A introdução de máquinas e a ideia de divisão do trabalho reduziram a autonomia dos proletários, tornando-os peças da máquina

No sistema capitalista, a produção e a reprodução estão entrelaçadas, envolvendo tanto mercadorias quanto relações sociais. A reprodução simples ocorre quando a produção se mantém constante ao longo dos anos, enquanto a reprodução ampliada envolve o aumento contínuo da produção, incluindo novos meios de produção e consumo.

Na sociedade capitalista, a reprodução ampliada é essencial, pois os capitalistas precisam se expandir para competir e sobreviver. Nesse processo, parte do lucro é reinvestida para aumentar a produção, como adquirir máquinas e contratar mais trabalhadores. Isso mantém o ciclo de crescimento e acumulação de capital.

A acumulação primitiva do capital foi um processo crucial, baseado na exploração da força de trabalho, que impulsionou sua expansão. Os capitalistas aumentam a acumulação e a mais-valia através de meios como prolongar a jornada de trabalho, intensificar o ritmo e reduzir descanso, introduzir inovações tecnológicas e diminuir salários.

A acumulação impulsiona a criação de novas tecnologias e reduz os custos de produção, tornando-se uma competição entre capitalistas para se modernizarem e expandirem. A classe trabalhadora também é afetada, com uma parcela se tornando excedente - o exército industrial de reserva - disponível para ser mobilizada conforme necessário, tornando-se essencial para a manutenção da dinâmica do capitalismo.

O exército industrial de reserva não é uma intenção consciente da classe capitalista, mas é utilizado estrategicamente por ela. O desemprego em massa ocorre devido ao desenvolvimento das forças produtivas sob as relações de produção capitalista.

Esse excedente de mão-de-obra, chamado de superpopulação relativa, assume várias formas, como trabalhadores temporários em áreas urbanas, trabalhadores rurais inseridos nas relações capitalistas e aqueles que enfrentam empregos precários e desemprego. No centro desse grupo

está o lumpemproletariado, uma classe marginalizada economicamente, excluída socialmente e politicamente sem direitos básicos.

O comportamento dessa classe varia, sendo considerada funcional ao sistema capitalista, permitindo a exploração máxima da mão-de-obra. Atualmente, há um aumento do lumpesinato em várias nações, resultando em instabilidade entre absorção e expulsão de trabalho nas indústrias. Muitos desses trabalhadores com ocupações irregulares lutam para sobreviver com salários mínimos, abaixo da média da classe trabalhadora.

A classe operária é a mais afetada pela acumulação de capital, já que não possui meios de produção e depende de compradores para sua força de trabalho. Os capitalistas aproveitam o excesso de mão-de-obra para diminuir os salários e impor suas regras.

O desemprego e o subemprego são problemas persistentes nas cidades, crescendo com a urbanização e causando conflitos sociais. O desemprego fragmenta o indivíduo, prejudicando sua autoimagem e vínculos familiares. O subemprego, resultado da flexibilização do trabalho, piora a qualidade das ocupações formais e aumenta a exploração.

Na Inglaterra do século XIX, os pobres eram excluídos e estigmatizados devido à falta de recursos e renda. A categoria da pobreza foi construída sobre essa discriminação, e os direitos e deveres dos pobres eram regulados para manter a ordem social e respeitar limites éticos e morais.

A primeira fase da pobreza, no início do século XX, viu os pobres associados à resistência ao assalariamento e ao trabalho fabril. Na segunda fase, nas décadas de 1950 e 1960, a pobreza se manifestou como marginalidade, com uma massa de excluídos da economia vivendo em subempregos periféricos. Na segunda metade dos anos 1970, a terceira fase trouxe a compreensão de que a pobreza era resultado de empregos precários e instáveis. O termo "população de baixa renda" substituiu "pobre", focando nas insuficiências e desigualdades econômicas. A segregação entre ricos e pobres foi evidente nas periferias urbanas em crescimento.

Na Grã-Bretanha, em 1348, a Peste Bubônica levou um terço da população a morrer, resultando na escassez de mão-de-obra. Para reerguer a economia, salários mais altos foram oferecidos. No século XVI, as Leis dos Pobres não reconheciam direitos dos pobres e visavam manter a ordem. Em 1880, Otto Von Bismarck introduziu o seguro social na Alemanha para enfrentar a pobreza ligada ao capitalismo. Essa abordagem se espalhou pela

Europa, e o Plano Beveridge na Grã-Bretanha em 1942 trouxe um sistema de proteção social não contributivo e universal, financiado por impostos e administrado pelo Estado.

Após a Segunda Guerra Mundial, houve expansão das políticas sociais devido à intervenção estatal nas relações sociais e econômicas. As políticas passaram a considerar as necessidades sociais como direitos, indo além das conotações individuais e da pobreza absoluta. O foco era suprir as necessidades básicas através de um sistema público e universal de proteção. Essas necessidades básicas são invariáveis, objetivas e universais, e satisfazê-las é crucial. Contudo, garantir o acesso a essas condições é também fundamental, exigindo políticas de proteção social que ampliem seu alcance, cubram diversos riscos e aumentem benefícios para quem precisa.

3.1. MEDIDAS TOMADAS EM FRANCA-SP

Após pesquisa de campo em Franca, foi identificado que o Centro POP é o principal recurso para a população em situação de rua, administrado pela prefeitura. A Pastoral do Menor também atua com apoio da Lei 1.319.

A abordagem social busca ativamente pessoas em situação de rua, fornecendo serviços e encaminhamentos de saúde. A cidade oferece abrigo temporário com 60 vagas e atendimento noturno com 80 vagas diurnas e 50 vagas noturnas, incluindo banho e alimentação. O programa Moradia Primeiro, recentemente implementado, fornece aluguel social de R\$459 a proprietários, beneficiando atualmente 110 pessoas, aumento em relação às 40 iniciais.

4. RAZÕES PELAS QUAIS AS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA REJEITAM AS POLÍTICAS PÚBLICAS QUE O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL OFERECE

O trabalho demonstrou que a situação de rua não é uma escolha pessoal, mas resultado de passados de segregação e opressão. No entanto,

deixar as ruas também não é fácil, muitos rejeitam políticas públicas municipais por várias razões.

A falta de estruturas adequadas, como armazenamento para pertences, é um problema significativo nos abrigos oferecidos. Isso leva algumas pessoas a permanecerem nas ruas para evitar roubos e confiscos. A pesquisa do MDS aponta que a violência e o desconforto são razões para preferir albergues, enquanto a falta de liberdade, horários e restrições a álcool e drogas motivam a opção por permanecer nas ruas.

Muitos enfrentam dependência química, o que os impede de usar abrigos que proíbem drogas. Abandonar a vida na rua para um abrigo envolve mudanças nas rotinas diárias, como horários, compartilhamento de espaços privados e cumprimento de regras. Isso inclui abandonar vícios e adotar hábitos mais saudáveis, embora os abrigos nem sempre ofereçam apoio para lidar com essas questões. (OLIVEIRA; COSTA, 2015).

As autoras enfatizam o papel crucial dos abrigos no auxílio à reintegração social de ex-moradores de rua, mas destacam as dificuldades enfrentadas por essas pessoas ao se adaptarem a uma vida institucional após experiências complexas nas ruas. A vida nas ruas envolve uma rotina distinta, onde tarefas como comer, beber, dormir e trabalhar ocorrem em diferentes locais da cidade. Essa mudança de rotina pode levar à relutância em deixar os espaços públicos e procurar abrigo devido a regras rígidas ou incompatibilidade de horários de trabalho.

A rigidez das normas nos abrigos prejudica a autonomia dos acolhidos, tornando-os mais dependentes da instituição e limitando atividades noturnas fora do abrigo. A falta de privacidade para pertences pessoais e a dependência química também contribuem para a recusa ao acolhimento institucional. As estruturas e normas rígidas desses espaços podem dificultar a adaptação de pessoas que vivem há anos nas ruas, levando a uma resistência em entrar nessa nova realidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A população em situação de rua frequentemente enfrenta estigmatização e falta de reconhecimento de seus direitos. Embora haja avanços nas políticas públicas para esse grupo, sua implementação enfrenta desafios. Entrevistas com a responsável por uma política de acolhimento revelaram que a escolha entre instituições e viver nas ruas é influenciada

por segurança e liberdade. Restrições de horários nas instituições, falta de adequação às necessidades específicas e problemas estruturais podem afetar a saúde mental dos indivíduos

Apesar das políticas sociais representarem um avanço na relação com essa população, não são uma solução definitiva, podendo até contribuir para sua manutenção. A falta de articulação com outras áreas, como saúde e trabalho, é um desafio. Escutar os afetados é fundamental para aprimorar constantemente as ações, garantindo atendimento humanizado e respeito à dignidade humana, conforme a legislação prevê.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 1988.
- BRASIL. Presidência da República. Decreto no 7.053, 23 de dezembro de 2009, que instituiu a Política Nacional para a População em Situação de Rua. Brasília, 2009a.
- KOGA, Dirce. Medidas de cidades: entre territórios de vida e territórios vividos. São Paulo: Cortez, 2011.
- OLIVEIRA, Flávia Barbosa de. COSTA Samira Lima da. Entre a rua e o abrigo: reorganização do cotidiano. Cad. Terapia Ocupacional, UFSCar, São Carlos, v. 23, n. 2, 2015.
- SANTOS, Milton. O papel ativo da geografia: um manifesto. Revista Território, n. 9, jul./dez, 2000.
- JORDÃO, Diego, População em Situação de Rua, Território Usado e as Políticas Públicas de Acolhimento Institucional, <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/view/42549/29744>, Acesso em: 05/11/2021.
- RAQUEL, Sara Alves. Desafios para o atendimento à população em situação de rua em Florianópolis: um estudo do núcleo de apoio à família-rodoviário. 2012.
- SILVA, Maria Lúcia Lopes da. Trabalho e população em situação de rua no Brasil. São Paulo. Cortez, 2009
- HUBERMAN, Leo. A riqueza do homem. Zahar Editores, 1981.

MARX, Karl; O capital: crítica da economia política, livro 1: o processo de produção do capital; São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS. Secretaria de avaliação e gestão da informação. Meta Instituto de Pesquisa e Opinião. Pesquisa nacional sobre a população em situação de rua. Brasília, 2008.

IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo 2010. Disponível em: . Acesso em 7/8/2023

SANTOS, M. e SILVEIRA, M. L.. O Brasil Território e Sociedade no Início do Século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2008.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 11.258, de 30 de dezembro de 2005. Altera a Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, para acrescentar o serviço de atendimento a pessoas que vivem em situação de rua. Brasília, 2005.

OLIVEIRA, Flávia Barbosa de.COSTA Samira Lima da. Entre a rua e o abrigo: reorganização do cotidiano. Cad. Terapia Ocupacional, UFSCar, São Carlos, v. 23, n. 2, p. 347-355, 2015.

ROSA, Caroline Ferreira. Acolhimento institucional e vida em situação de rua: a produção do cotidiano entre os usuários de albergues e “repúblicas” em Belo Horizonte/MG. 2017. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG/Belo Horizonte – MG, 2017.

SILVA, Maria Lucia Lopes. Trabalho e população em situação de rua no Brasil. São Paulo: Cortez, 2009.

BURSZTYN, Marcel. No meio da rua: nômades, excluídos e viradores. Rio de Janeiro: Garamond, 2000

MELO, Tomás Henrique de Azevedo Gomes. A rua e a sociedade: articulações políticas, sociabilidade e a luta por reconhecimento da população em situação de rua. 2011. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Universidade Federal do Paraná, 2011.

TOSOLD, Léia; BARBOZA, Rose. A rua provoca traumas, mas também permite ver a vida de outra maneira. Jornal O Trecheiro - notícias do povo da rua, São Paulo, p.2, out. 2012.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua: Sumário Executivo. Brasília: SAGI, 2008b.

PEREIRA, Camila Potyara. Rua sem saída: um estudo sobre a relação entre o Estado e a população de rua de Brasília. Brasília: Unb, 2008a.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. Necessidades humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

ROCHA, Sonia. Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata? Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

SILVA, Jailson de Souza; BARBOSA, Jorge Luiz. Favela: alegria e dor na cidade. Rio de Janeiro: SENAC, 2005.

SILVA, Maria Lucia Lopes da. Mudanças recentes no mundo do trabalho e o fenômeno população em situação de rua no Brasil. Brasília: UnB, 2006.

ROSA, Caroline Ferreira. Acolhimento institucional e vida em situação de rua: a produção do cotidiano entre os usuários de albergues e “repúblicas” em Belo Horizonte/MG. 2017. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG/Belo Horizonte – MG, 2017.